

# **O PAPEL DO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA A PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NA RESOLUÇÃO DO GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012 EM GUINÉ-BISSAU**

**SAMBITE SANTOS CABI**

**RESUMO:** O trabalho tem a finalidade de analisar a influência do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento na resolução do golpe de Estado de 12 de abril de 2012, que derrubou o governo do PAIGC, liderado por Carlos Domingos Gomes Júnior (então primeiro ministro e presidente do mesmo partido). O texto parte de uma certa caracterização da Guiné-Bissau e de sociedades civil do país. Por outro lado, o artigo apresenta os fundamentos teóricos que permitem a análise das sociedades civis, a partir de trabalhos das monografias, artigos, dissertações, teses e site reconhecidos, diante de instabilidade política e militar. Em seguida, o foco gira em torno, mais especificamente, do papel desempenhado pelo Movimento Nacional da Sociedade Civil para paz, Democracia e Desenvolvimento na estabilização da paz na em Guiné-Bissau.

**Palavras-Chave:** Sociedade Civil; Golpe de Estado; Guiné-Bissau.

## **1 INTRODUÇÃO**

Atual geografia da República de Guiné-Bissau tem origem no acordo realizado entre Portugal e França em 12 de maio de 1886, no contexto histórico da Conferência de Berlim, através do qual Ziguinchor foi cedido à França em troca de Cacine, um dos setores da Província Sul. O país inicia a luta da libertação nacional dirigido pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde em 1963 e, é o primeiro a se tornar independente em 1973 reconhecido pelo estado português em 1974.

Segundo M'bunde (2018), a não reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, pelo estado português, que aconteceu só em 10 de setembro de 1974, o país já tinha proclamado a sua independência unilateral em 24 de setembro de 1973, sem consentimento ou negociação com o regime colonial.

O país está situado na costa Ocidental da África e é limitado ao norte pela República do Senegal, ao sul e ao leste pela República da Guiné-Conakry e à Oeste pelo Oceano Atlântico. A superfície total é de 36.125km<sup>2</sup>, incluindo uma parte insular composta pelo arquipélago dos Bijagós, ilha de Bolama, ilha de Peixe e por diferentes ilhotas que entrecortam a costa (FURTADO, 2005, p. 213). Teixeira (2015), a Guiné-Bissau segundo censo de 2009, tinha 1.502.830 da população.

O Golpe de Estado de 12 de abril de 2012 em Guiné-Bissau liderado pelo general Antônio Injai derrubou o governo democraticamente eleito, liderado por Carlos Domingos Gomes Júnior como primeiro ministro, que em seguida deixou governo para se candidatar as eleições antecipado, colocando o país em uma instabilidade política e militar sem precedentes, em meio ao transcurso do processo eleitoral de 2012. A reação ao golpe acelerou manifestações internas e também reações decisivas por parte das organizações internacionais, como da União Europeia (UE), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Africana (UA), das Nações Unidas (NU), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e também dos países amigos da Guiné-Bissau. Tais organizações determinaram o retorno à ordem constitucional, bem como a continuação e conclusão do processo eleitoral que foi interrompido na véspera do segundo turno entre Carlos Domingos Gomes Júnior, candidato apoiado pelo partido PAIGC, e Dr. Kumba Yala, apoiado pelo partido PRS, por ele fundado. Desse modo, as determinações feitas pelas comunidades internacionais e pelo Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento estimulou, nos primeiros momentos, a busca de diálogo entre as partes envolvidas no impasse.

Dado esse contexto histórico e social, a finalidade deste artigo consiste em analisar a contribuição do movimento da sociedade civil na restauração da estabilidade política e militar durante o período de impasse do golpe de Estado de 12 de abril de 2012 no país.

As motivações que estão na base da escolha deste tema remetem às nossas experiências e vivências juvenis por meio da associação de base do bairro que residíamos (Associação dos Jovens Organizadores de Luanda, situado na cidade de Bissau, capital guineense). As associações são porta-vozes legítimos no momento de falar em nome dos cidadãos, sendo que essa ação de comunicação tem nos levado a indagar sobre a contribuição do Movimento Nacional da Sociedade Civil na resolução do golpe de 12 de abril de 2012 no país.

Assim sendo, para entender o papel do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, é importante analisar o papel das sociedades Civis na África, Europa e na América Latina, através de pesquisa bibliográfica em monografias, dissertações, teses, artigos publicados e blogues e site reconhecidos, os quais tratam do papel e da importância das sociedades civis na consolidação da paz e estabilidade no continente africano.

A criação do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento<sup>1</sup> em 1999, no decurso do conflito político-militar de 7 de junho de 1998, tinha

---

<sup>1</sup> MOVIMENTO NACIONAL DE SOCIEDADE CIVIL PARA PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO (2014).

a missão de contribuir para a paz, a justiça social, a democracia e para promoção de um desenvolvimento sustentável e endógeno, baseado em uma concepção de um país pacífico e estável. Contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e bem-estar das populações guineenses, trata-se de uma plataforma que congrega mais de 150 organizações de jovens, mulheres, associações, confissões religiosas, sindicatos, organizações não governamentais entre outros<sup>2</sup>.

O Movimento Nacional, depois da sua criação, sempre esteve presente nas resoluções de impasses políticos e militares no país. Na véspera do segundo turno das eleições presidenciais antecipadas entre Koumba Yala e Carlos Domingos Gomes Júnior, vulgo Cadogo filho, o país foi surpreendido pelo golpe de Estado dirigido pelo Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, General Antonio Injai. O movimento condenou o golpe e determinou a retomada da ordem constitucional no país.

## **2 O DEBATE AFRICANO DAS SOCIEDADES CIVIS**

Após termos analisados a importância dos movimentos sociais para o fortalecimento da democracia, nossa intenção nesta parte do trabalho é abordar a participação das sociedades civis nas dinâmicas institucionais com vistas à democratização dos Estados e o fortalecimento da estabilidade política e governativa em Guiné-Bissau. Neste caso, muitas vezes a ausência de participação na vida política é considerada como causa de múltiplas instabilidades políticas e governamentais. Porém, a dinâmica de estabilização institucional não pode recusar a participação da sociedade civil, pois devemos ter em vista que “a participação cívica é considerada uma variável determinante para a ampliação e para o fortalecimento das democracias, tanto no que diz respeito ao plano sociocultural quanto no que diz respeito à dimensão político-institucional” (FARIA, 2010, p. 187).

Voltando ao caso do Brasil, “a democratização política e a descentralização das políticas sociais abriram espaço para incontáveis experiências de participação popular em arenas públicas de decisão de políticas” (LABRA; FIGUEREIDO, 2002, p. 538). Para Faria (2010), a participação em associações civis pode proporcionar, assim, resultados democráticos, elementos estes que fortalecem os mecanismos representativos e o cultivo das habilidades organizacionais e dos benefícios cívicos.

---

<sup>2</sup> ANGOP (2019).

No processo de reconstrução e de estabilização de qualquer que seja a nação, é fundamental a participação da sociedade civil na construção e na contribuição no equilíbrio político. A participação da sociedade civil em diálogos sobre políticas públicas pode ocorrer em diversos espaços. “Os espaços são áreas onde pode dar-se a interação participação e a troca de informações e negociação. [...] São espaços de disputa e também de colaboração” (RELATORIO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, 2013, p. 17).

Nas disputas políticas na Guiné-Bissau, a participação da instituição do Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Democracia e Desenvolvimento foi e tem sido muito importante para a democratização do Estado e da sociedade guineense, sendo que a sua mobilização é muito fundamental na busca de uma estabilidade política e militar na Guiné-Bissau. Em relação à participação da sociedade civil, tem sido fundamental não só na busca da estabilização das disputas políticas e militares, mas também porque criticam a atuação do Estado no tocante à vida social dos guineenses, principalmente na Educação e Saúde. Podemos argumentar que “as organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel de prestador de serviços de educação, de influência de políticas e práticas de educação, essencialmente nos estados considerados frágeis, onde o papel do estado se encontra mais enfraquecido” (SANTOS; SILVA; COMBUTA, 2010, p. 01). Deste modo, “nos últimos anos a África tem sido teatro de intensas manifestações públicas, em que a Sociedade civil, juntamente com várias associações, tem desempenhado um papel relevante, com peculiaridades específicas ao nível local” (BUSSOTTI; MUTZENBERG, 2016, p. 01).

A mobilização da sociedade civil e a sua participação fortaleceu a luta pela democracia e a democratização na Guiné-Bissau, no caso do último golpe de Estado de 12 de abril de 2012, levando um feito muito positivo da sociedade guineense.

Os acontecimentos de 12 de abril de 2012, pelo facto de terem constituído sobretudo uma interrupção do processo eleitoral, foram conseqüentemente entendidos como um grave atentado à democracia. No entanto, estes acontecimentos tiveram um efeito positivo em termos de mobilização da Sociedade Civil, quer no país quer na diáspora, incluindo em África (Senegal e Cabo-Verde), Europa (Portugal, Espanha, Inglaterra e França) e América do Sul (Brasil). Desde a primeira hora as reações foram unânimes na condenação do golpe de Estado, traduzindo-se em protestos públicos, mesmo quando o comando militar proibiu manifestações públicas e repeliu os manifestantes. Estes factos tiveram eco junto da comunidade internacional que não só condenou o golpe, mas também impôs sanções políticas, diplomáticas e económicas às autoridades que assumiram o poder após o golpe (BARROS, 2014, p. 19-20).

Os sentimentos da sociedade são muito positivos no sentido de que quase toda a sociedade está cansada das prolongadas instabilidades políticas militares na Guiné-Bissau. Nesse contexto, a instituição do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia

e Desenvolvimento passa a assumir papel importante nas resoluções de instabilidade política a partir dos anos 90, inclusive no período de conflito de junho de 1998 na Guiné-Bissau. Como podemos ver, há muitas influências da sociedade civil na África, haja vista que “os movimentos sociais em África não são novos, mas é evidente que, a partir dos finais da década de 2000, eles assumiram uma diferente configuração se comparados com as agitações e demonstrações ocorridas antes do início do novo século” (BUSSOTTI; MUTZENBERG; 2016, p. 04).

Assim sendo “a sociedade civil é concebida em um momento oposto ao Estado, relacionada a um movimento democratizante que recria formas igualitárias de solidariedade sem, contudo, prejudicar a autorregulação econômica” (GIUSTAINA; LUIZ, 2013, p. 74). A partir deste panorama, podemos perceber que o associativismo e a participação cívica são importantes não só na busca da estabilidade, mas também tem o papel extraordinário na busca da paz social, como pode ser pensado no caso brasileiro:

A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e seu desdobramento no Movimento pela Ética na Política contribuíram para legitimar a intersecção entre voluntariado e comprometimento político, levando-se a repensar o embate entre assistência x ação para cidadania, entre autonomia organizacional x institucionalidade, entre prática institucional x prática movimentalista (WARREN; LUCHMANN, 2018, p. 17).

É importante ressaltarmos que a participação da sociedade civil não está só na busca de uma estabilidade política, mas também na procura por equilibrar a justiça social. No contexto da democratização, o conceito de sociedade civil foi redefinido, tendo em vista que se buscou “superar a dualidade com o Estado e a homogeneidade do campo social” (WARREN; LUCHMANN, 2018, p. 19).

Segundo Violin (2006), a sociedade civil se constitui através de organizações responsáveis pela preparação e transmissão do sistema de ideias, envolvendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, etc. No domínio e por meio da sociedade civil, as classes procuram desempenhar sua hegemonia, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a administração política e a concordância.

Portanto, por meio da emergência e autonomia dos agentes coletivos e institucionais que surgem em contextos de redemocratização, de luta pela democracia, as sociedades civis sempre procuram de uma forma profunda a democracia como a forma de estabilização de qualquer que seja a sociedade.

As análises centradas nos aspectos político-institucionais dos movimentos sociais também foram tomando relevância acompanhando a necessidade de releituras desse fenômeno a partir do processo de redemocratização, destacando-se que, diante da fragilidade da institucionalidade, era necessário entender o sentido e a dinâmica das revoltas das massas, como os quebra-quebras e as ocupações de terras (WARREN; LUCHMANN, 2004, p. 15).

Neste contexto, para que uma sociedade esteja estável, os representantes do povo (políticos) devem levar em conta que a democracia é base da educação. Por isso “as organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel de prestador de serviços de educação, de influência de políticas e práticas de educação, essencialmente nos Estados considerados frágeis, onde o papel do Estado se encontra mais enfraquecido” (SANTOS; SILVA; CAMBUTA, 2010, p. 02).

Assim sendo, as formas de estruturação, organização e atuação política devem sempre passar por mudanças e atualizações, sendo que a “mudança da natureza dos movimentos sociais na África tem sido mais complexa e heterogênea” (BUSSOTTI; MUTZENBERG, 2016, p.04). Tendo em vista esta luta de não hegemonia do poder do Estado nos países africanos, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, com grande influência internacional manifestou “o ímpeto do processo de globalização e a realização de inúmeras Conferências Mundiais das Nações Unidas possibilitaram a interlocução entre os movimentos sociais e apresentaram novos desafios” (WARREN; LUCHMANN, 2004, p. 16). A criação de “Fóruns Globais levou à articulação das organizações civis através de fóruns locais e nacionais, com vistas a uma preparação de suas representações nessas conferências” (WARREN; LUCHMANN, 2004, p. 16).

Essas iniciativas reforçam o papel das organizações das sociedades civis nos países africanos, sendo que em alguns países, a partir de anos 90, começaram a considerar estas organizações como parte de desenvolvimento, paz e estabilidade no continente africano.

Segundo Barros (2014), a aplicabilidade de uma opinião de sociedade civil na conjuntura africana provoca a análise das apreciações do campo público desde o momento pré-colonial até a época presente. Ainda segundo esse autor, o conceito de sociedade civil na conjuntura guineense não está forçosamente ligado nem à implantação das estruturas contemporâneas do Estado colonial, nem ao próprio colonialismo.

Por conseguinte, os países africanos a partir deste momento passaram a sentir a grande influência civil em termos de revoltas sociais, as quais, apesar das violências que são registradas, passaram a ganhar hoje repercussão nas redes sociais.

Um papel relevante tem sido desempenhado pelos jovens e pelas redes sociais, com impacto sobretudo nos contextos urbanos. Uma nova dimensão de tipo cultural, como a música, tem-se tornado referência central para difundir as ideias de tolerância, democratização e críticas contra a corrupção e outras práticas detestáveis por parte das classes dirigentes africanas. Honwana acredita que o rap é hoje um dos meios mais importantes para implementar processos de formação política nas jovens classes urbanizadas africanas. Este fenómeno poderia ser a consequência dos limitados espaços de participação política que as classes dirigentes africanas têm reservado aos jovens (BUSSOTTI; MUTENBERG, 2016, p. 05).

É muito notável que nos países africanos os jovens são motores fundamentais quando a situação política e social está em perigo, principalmente nas grandes cidades. No cenário brasileiro mais especificamente, a partir da segunda metade da década de 1970 “começava-se a tentativa para desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente” (WARREN; LUCHMANN, 2004, p. 13).

As raízes históricas da formação do estado e das tradições políticas nacionais e os modos como o conflito social é organizado, esses são os elementos que definem o lugar específico e o significado da sociedade civil em contextos nacionais diferentes. Um conceito de sociedade civil separado dos diferentes contextos sociais e históricos precisa ser minimalista. Só depois de um esforço sistemático de identificar o significado diferente da sociedade civil em sociedades contemporâneas poder-se-á eventualmente desenvolver tipologias de sociedades civis relacionadas a seus diferentes contextos sociais e políticos e tentar encontrar os traços comuns entre elas (SORJ, 2005, p.08).

Atualmente, as organizações das sociedades civis apresentam características um pouco diferentes quando comparadas às organizações dos anos 80. As abordagens passam a considerar e a pensar as estabilidades políticas, governativa, econômica, social e militares no mundo. Para os Movimentos Nacionais, a segurança humana é fundamental para uma estabilidade social, levando em conta a importância da:

Segurança alimentar, acesso a uma conjuntura e condições sanitárias seguras, respeito pelos direitos humanos e o gozo efetivo das liberdades fundamentais reconhecidas por lei, bem como a proteção das comunidades e de todos os indivíduos que delas fazem parte contra ameaças à sua segurança física, incluindo a violência baseada no gênero (LOADA; MODERAN, 2015, p. 09).

Deste modo, as qualidades destes movimentos na África giram em torno de paralisações públicas, que passaram a ser a principal forma das sociedades africanas resolverem os problemas governamentais, os quais, sem a tolerância necessária, desviaram-se dos bens públicos para as elites dirigentes africanas. O principal problema que pode estar na base das

grandes instabilidades da África diz respeito à falta de transparência nas questões públicas. Além disso, os governantes tornaram-se grandes capitalistas econômicos. Contudo, alguns dos pontos assinalados acima não constituem o foco do nosso trabalho, mas mesmo assim fizemos questão de enumerar, porque atualmente são as principais causas das crises sociais no continente africano; em decorrência disso constatamos uma dominação hegemônica governativa na África.

Em relação às crises sociais pelas quais o continente africano tem passado, podemos afirmar que o poder político tem sido corrompido por uma defesa de privilégios econômicos que tem sido considerada como algo normal. A riqueza e a ostentação tem sido motivo de grandes desvios das funções políticas, uma vez que são usadas como forma de manter o poder nas mãos da elite política. Nesse sentido, “para a elite política africana, pressionada a ostentar e a obter recursos para distribuir pelas suas redes familiares e de apoiantes, o enriquecimento em funções públicas, pela apropriação privada de bens e de capitais públicos, é considerado normal” (ANUÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2010, p.131).

Esta dominação hegemônica tem induzido e mantido Guiné-Bissau nas sucessivas instabilidades governamentais e militares, assim desde da independência 1973. O sociológico guineense Miguel de Barros aponta que:

Entre 1974 e 2013 a Guiné-Bissau passou por vários ciclos de crescimento econômico que sempre foram interrompidos por ciclos de convulsões político-militares que desembocaram em golpes de Estado, acarretando incomensuráveis custos sociais, econômicos, ambientais e diplomáticos. Durante as quatro décadas de pós-independência, de acordo com Andrianarison (2014), citando dados do Banco Mundial, a Guiné-Bissau conheceu nove episódios de crescimento negativo: em 1971 (-3,9 por cento), 1977 (-7,1 por cento), 1980 (-15,9 por cento), 1983 (-3,4 por cento), 1986 (-0,19 por cento), 1998 (-28,09 por cento), 2003 (-4,9 por cento), 2004 (-0,74 por cento), 2006 (-1,9 por cento) e 2012 (-1,45 por cento). O gráfico abaixo ilustra esta evolução (BARROS, 2014, p. 17).

Por conseguinte, a “instabilidade política e institucional e/ou em situações de pós-conflito, os esforços na mobilização dos recursos são maioritariamente direcionados aos agentes considerados como fontes de estabilidade e/ou instabilidade, muitas vezes em desrespeito pelo estipulado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE)” (BARROS, 2014, p. 17).

Segundo Sousa (2013), a conjuntura de miséria, instabilidade e fragilidade generalizada em que se encontra o país, afrontada pela constante influência das forças militares na vida política, e seguida da insegurança por parte das instituições e autoridades em dar uma resposta aos dificuldades e desafios que lhe são depositados, tem recusado ao país as qualidades que lhe permitiram a paz e o desenvolvimento almejados.

As sociedades civis na Guiné-Bissau começaram a ser reconhecidas como organizações com funções fundamentais na estabilização do país, porque “as sociedades civis cívicas só florescem em estados democráticos, mas elas podem também gerar grupos não democráticos. Isso é particularmente válido no contexto de estados corruptos ou em desintegração” (SORJ, 2005, p. 15).

Todavia estas características acima citadas podem mostrar que as sociedades civis na África começaram a surgir com grande velocidade na tomada de decisões de diferentes países africanos, principalmente por falta de organização política, governamental, econômica e social.

### **3 DEBATE TEÓRICO**

O exercício da democracia exige o envolvimento de diversas formas de participação social, que possam, por sua vez, dar vozes e direitos de expressão e manifestação a um número cada vez maior de pessoas, as quais devem poder se mostrar como capazes de compartilhar de maneira autônoma as decisões referentes ao poder político. Dessa forma, para que possa se consolidar, a democracia precisa estar bem fundamentada em valores pressupostos construídos pelos cidadãos, que são os principais atores nesse contexto social. Conforme argumenta Faria (2010), para o fortalecimento de uma determinada democracia não basta uma instituição consolidada, mas é importante enfatizar a “dinâmica societária por meio da prática de um conjunto de movimentos, organizações e associações que possibilitarão a formação de uma cultura política norteadora de ações capazes de revigorarem, a um só tempo, o sentido da democracia e sua arena político-institucional” (FARIA, 2010, p. 187).

Ainda segundo Faria (2010), esta ideia encontra-se presente nas obras de autores como Alexis de Tocqueville, Robert Putnam, de Jürgen Habermas, Cohen e Rogers. Todos esses autores consideram que a participação dos diversos cidadãos que compõem a sociedade civil é determinante “para a ampliação e para o fortalecimento das democracias, tanto no que diz respeito ao plano sociocultural quanto no que diz respeito à dimensão político-institucional” (FARIA, 2010, p. 187). Nesse sentido, para que uma sociedade seja constituída democraticamente, é fundamental “o cultivo das virtudes cívicas oriundas dos vínculos associativos nela estabelecida” (FARIA, 2010, p. 188).

Baseando-nos em autores como Tocqueville, podemos defender que o pluralismo americano também atribui importância às associações intermediárias, uma vez que a formação de uma cultura política consolidada certamente influencia o desempenho institucional das

democracias modernas. Já autores como Putnam argumentam que quando os cidadãos começam a agir coletivamente, isto é, conseguem se articular com vistas ao bem comum, os mesmos têm condições de cobrar mais dos governantes, pressionando-os a tornarem-se mais democráticos. Desse modo, “a participação em associações civis pode apresentar, portanto, efeitos democráticos, dado que fortalece os mecanismos representativos e induz ao cultivo das habilidades organizacionais e das virtudes cívicas” (FARIA, 2010, p. 188).

O filósofo e sociólogo Jürgen Habermas, que trabalha com base no conceito de esfera pública, reforça que o fortalecimento da democracia se dá através da intensificação das associações voluntárias e dos movimentos sociais. Para o filósofo e sociólogo, ao apresentar publicamente novas questões sociais e culturais a serem debatidas, os indivíduos acabam fortalecendo e viabilizando uma renovação das possibilidades críticas que perpassam o mundo da vida. Dessa forma, há toda uma ampliação “dos limites do sistema político e de sua pauta de discussão mediante fluxos comunicativos que atingirão os centros decisórios, influenciarão os tomadores de decisões e conferirão legitimidade às decisões tomadas” (FARIA, 2010, p. 188).

Assim, é através do âmbito da esfera pública, a qual ocupa um lugar de destaque no cenário político e democrático, que se constitui a formação e consolidação das opiniões e dos objetivos democráticos. Desse modo, a base essencial que dá suporte à sociedade civil é quase sempre “composta por associações, organizações e movimentos sintonizados com a ressonância dos problemas societários nas esferas da vida privada, que deverão ser transmitidos para a esfera pública” (FARIA, 2010, p. 188).

Geralmente, são esses grupos organizados por cidadãos conscientes do seu papel na sociedade que mais influenciam na definição dos principais problemas a serem abordados na esfera pública. Tais movimentos, quando bem articulados e esclarecidos quanto aos seus propósitos voltados ao bem comum, são capazes de levar ao sistema político-administrativo as questões que precisam ser discutidas. Portanto, podemos já perceber a importância que as associações e os movimentos sociais organizados possuem no tocante à democratização de um país. Além de Habermas, outros estudiosos defendem o papel dos movimentos sociais:

Autores como Cohen e Rogers (1995), Bohman (1996) e Fung (2003), em diálogo com as elaborações habermasianas, buscam analisar formatos participativos que poderão promover tanto o debate público – indutor da formação de consensos e/ou cooperação pública – quanto decisões efetivas, pois que asseguradas institucionalmente a partir de fóruns deliberativos (FARIA, 2010, p. 188).

Os formatos participativos citados pela autora acima dizem respeito às organizações sociais formadas por indivíduos conscientes do seu papel social, que buscam reivindicar e dar

voz a todas as camadas da sociedade. É justamente essa pluralidade de sujeitos participantes que acabam por "inserir novos atores no processo decisório destas mesmas sociedades" (FARIA, 2010, p. 188-189). Tais sujeitos, quando organizados em grupos ou movimentos, geralmente são aqueles que buscam se manifestar de forma mais incisiva, isto é, não se deixam calar pelo poder e pela administração pública. Os movimentos sociais quando bem articulados são capazes não só de "influenciar os centros decisórios, mas também assumir funções mais ofensivas por meio de fóruns de deliberação pública" (FARIA, 2010, p. 188-189).

Ao refletirmos sobre a importância dos movimentos e organizações sociais para o fortalecimento da democracia em Guiné-Bissau, nos deparamos também com situações semelhantes que ocorreram em outros países, como aqui no Brasil. Nesse sentido, podemos defender que:

O retorno à democracia no Brasil foi marcado por estas mesmas crenças que vinculam o fortalecimento da democracia à consolidação das instâncias tradicionais de participação (o voto, as eleições e os partidos) como também à ampliação de novos canais participativos através dos quais os cidadãos brasileiros podem fortalecer seus laços societários e intervir na formulação e no controle das decisões coletivas (FARIA, 2010, p. 189).

Aqui no Brasil, os movimentos e organizações sociais foram muito importantes no processo de redemocratização do país, que vinha de uma ditadura militar que se iniciou em 1964. Os movimentos sociais transformaram em realidade uma ideia de democracia que esteve muito distante por muitos anos. Em 1988, a Constituição Federal do Brasil foi estabelecida e com ela se tornaram garantidas as formas de participação social. Enquanto que com a ditadura militar, o povo e as organizações sociais eram frequentemente silenciadas, a Constituição e o retorno à democracia passaram a garantir e a defender o direito de manifestação e de participação nas decisões políticas. Dessa forma, há "dispositivos constitucionais que asseguram a realização de referendos, plebiscitos, iniciativas populares de leis, audiências públicas, orçamentos participativos, conselhos de políticas e outros" (FARIA, 2010, p. 189).

Sem dúvidas, o conceito de sociedade civil é fundamental para entendermos a "ampliação e o fortalecimento da democracia, tanto no plano sociocultural, quanto na dimensão político-institucional" (WARREN; LÜCHMANN, 2004, p. 20). A existência de uma sociedade civil ativa é fundamental para a instituição e consolidação da democracia. O associativismo, os valores, normas, vínculos sociais e redes de engajamento, e reciprocidade e confiança geradas, assim como os impactos nas referências identitárias e nas posturas e escolhas efetivadas, são fundamentais para a democratização institucional. São, na verdade, elementos prévios, que

subsidiar e tornam possíveis a democratização do Estado, pois geram tendências de coletivização das ações.

Assim, a sociedade civil passa a ser vinculada ao mundo da vida e à razão comunicativa, conceito esse importante para Habermas. Entre as reivindicações das organizações sociais encontra-se o modo de resistência à colonização pela racionalidade instrumental. A esfera pública torna-se, assim, um espaço deliberativo onde o debate público deve acontecer com base em justificativas, argumentos e propostas. Da mesma forma, as tomadas de decisão devem ocorrer através de esferas e instâncias sociais institucionais. Desse modo, podemos falar em termos de um jogo entre sociedade civil e política e de um Estado ampliado a partir de formas de exercício político oriundos da sociedade civil.

Há também a matriz neoliberal das atuais sociedades democráticas, cuja concepção restrita de bem-estar social é vinculada à esfera privada. Portanto, famílias, associações, ong's, comunidades, instituições religiosas e filantrópicas devem se responsabilizar pelo acesso e garantia do bem-estar, ofertando bens e serviços. Assim, a sociedade civil se constitui como setor não governamental, onde o desempenho de funções públicas passa também a acontecer a partir de espaços e entidades privadas, embora em uma perspectiva que fragiliza a responsabilidade política do Estado quanto à produção de bens e serviços que permitam o acesso, garantia e usufruto universal de direitos, na outra perspectiva pode dizer que a situação da fragilidade, ou seja, diminuir a responsabilidade estado sobre assunto referido muitas vezes pode ser vistos nos estados frágeis em termo de governança. Nesse sentido, em uma perspectiva neoliberal tende a ocorrer a mercantilização/privatização na oferta de bens e serviços sociais, e, de todo modo,

O Terceiro Setor reforçaria a sociedade civil, diminuindo o poder estatal e sua ingerência na esfera privada; criaria um espaço alternativo de produção e consumo de bens e serviços; propiciaria o desenvolvimento democrático; estimularia os laços de solidariedade local e voluntária; compensaria as políticas sociais abandonadas pelo Estado; constituiria uma fonte alternativa de emprego (MONTAÑO, 2002, p. 134).

A partir dessas referências sobre a sociedade civil e sua importância para a democracia e a democratização, cabe pontuar o caráter dos movimentos sociais, uma forma mais orgânica e reiterada de associativismo. Melucci *apud* Alonso (2009, p. 64) entende os movimentos sociais enquanto uma forma de coletivização de ações social e processualmente constituída, onde um conjunto de agentes “construiriam a ação coletiva, à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões”, constituindo uma “identidade coletiva” “interativa e compartilhada produzida por

numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece”. Carlos (2009, p. 153) reforça essa concepção de movimentos sociais, ao indicar que “a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios”, ocorrendo também “de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural no qual se formam laços de confiança e solidariedade”.

Desse modo, os movimentos sociais potencializam a democratização, do Estado e da sociedade, à medida que constroem “novas identidades, culturas, linguagens e hábitos” (CARLOS, 2009, p. 153). Constituindo uma “identidade coletiva”, o movimento social “traz consigo um sentimento de objetivo comum e de comprometimento partilhado, o qual permite que ativistas e/ou organizações se considerem indissoluvelmente ligados uns aos outros em torno de uma causa comum” (CARLOS, 2009, p. 157). Desta forma, evidenciam/efetivam “relações (ou laços) sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles)”, constituindo “o elemento por excelência de estruturação da vida social” (CARLOS, 2009, p. 153). E assim, potencialmente reconstituem “o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores no interior de grupos e organizações específicas ao movimento e, por extensão, desses com atores político institucionais” (CARLOS, 2009, p. 153).

#### **4 TOMADA DE DECISÃO MOVIMENTO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA PAZ DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO PERANTE O GOLPE DE ESTADO DE 12 DE ABRIL DE 2012**

A criação do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento em 1999, no decurso do conflito político-militar de 7 de junho de 1998, surgiu com o papel de contribuir para paz, justiça social, democracia e para promoção de um desenvolvimento sustentável e endógeno. Partindo de uma concepção de um país pacífico e estável, o Movimento buscou contribuir desse modo para o desenvolvimento e bem-estar das populações guineenses. Trata-se de uma plataforma que congrega mais de 150 organizações de jovens, mulheres, associações, confissões religiosas, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> MOVIMENTO NACIONAL DE SOCIEDADE CIVIL PARA PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO (2014).

Nesta busca por uma melhor dinâmica, “outras organizações da sociedade civil estão cooperando e colaborando com o Estado no âmbito do Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento, que congrega e articula as demandas das ONGs e das Associações Comunitárias de Base” (TEIXEIRA, 2015, p. 474).

Para Barros (2014), as Organizações das Sociedades Cíveis do mesmo modo se caracterizam pela defesa de uma causa ou pela prestação de uma missão. Agindo ao nível local, nacional, regional ou internacional, envolvem as organizações urbanas, rurais, formais e informais.

Durante a sua presença como movimento da sociedade civil guineense, sempre soube afirmar seu papel como parte da tomada de decisão na busca da estabilização do país, representado na sua bandeira as mesmas cores da bandeira da República da Guiné-Bissau como parte da sua declaração na luta pelo bem comum e resposta da Sociedade Civil em relação à situação de crise política e militar que o país vivia e contribuído para paz e estabilidade<sup>4</sup>.

Por conseguinte, “uma série de crises que perdura há mais de uma década transformou a Guiné-Bissau num dos Estados mais frágeis de África. Este ciclo contínuo de violência política, instabilidade e governação deficiente agravou-se ainda mais nos últimos anos, especialmente na sequência do golpe militar de abril de 2012” (O’REGAN; THOMPSON, 2013, p.1). Segundo Sousa (2013), ao oposto de outros golpes que não conseguiram na totalidade as suas finalidades, desta vez, os militares e políticos envolvidos conseguiram os seus objetivos, derrubando as autoridades democraticamente escolhidas pelo voto popular.

Portanto, o golpe de Estado de abril de 2012 foi responsável pela instauração de um quadro político difícil na Guiné-Bissau, dando origem à relação não tão amigável entre a CEDEAO e a CPLP (M’BUNDE, 2018, p. 93). Ainda na visão de M’bunde (2018), isso tem a ver com o posicionamento diplomático decorrente do período do golpe de 2012.

Podemos considerar que a primeira “reação da comunidade internacional (EU, ONU, Conselho de Segura, CPLP e CEDEAO) foi enérgica na condenação de golpe”. Porém, as atitudes e decisões tomadas a partir de então podem ser avaliadas como negativas, pois:

[...] foi estranho o facto de a CEDEAO, que havia proclamado o princípio de “tolerância zero”, face às tentativas de subversão da ordem constitucional e que condenara, nas primeiras horas, veementemente o golpe de Estado, exigindo o rápido restabelecimento das autoridades legítimas, bem como a conclusão do processo eleitoral, ter mudado de posição, indo contra a maioria das organizações internacionais, as quais decidiram mesma radicalizar as suas posições (SOUSA, 2013, p.104).

---

<sup>4</sup> ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE GUINÉ-BISSAU (2018).

Apesar de grandes lutas nas tomadas de posições de forma diferente a nível internacional, as Organizações da sociedade guineense sempre souberam assumir as suas responsabilidades nas tomadas de decisões que podem facilitar a retomada da estabilidade política, militar e social do país.

Efetivamente, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 levou o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento, enquanto instituição que pauta pela defesa intransigente da legalidade e do Estado do direito, a acompanhar com muita cautela e preocupação a evolução da situação em estima especial. Segundo a organização MNSPDD, o golpe de Estado anunciado não só veio a mergulhar o país nas vias de incerteza do ponto de vista económico, social e político, mas também acabou minando os esforços de estabilização da Guiné-Bissau, em que os parceiros internacionais estão empenhados. O seu comunicado de 14 de abril de 2012 tornou público em geral e para a comunidade internacional o seguinte:

1. Condenar firmemente a alteração da ordem constitucional anunciado, apelando os seus autores a se reconsiderarem as suas posições;
2. Exigir a libertação imediata de todos os detidos em consequência dos acontecimentos supracitados.
3. Repudiar os atos de pilhagem e de vandalismo perpetrado por alguns elementos das forças armadas nas residências dos membros do governo e de outros responsáveis políticos;
4. Apelar à classe política em geral a se distanciarem de atitudes que visam assunção do poder por vias antidemocráticas;
5. Alertar a comunidade nacional e internacional que contrariamente às especulações em curso, as organizações da sociedade civil jamais participarão em fóruns ou instituições resultantes do golpe do Estado;
6. Apelar aos cidadãos em geral a se erguerem em torno da defesa intransigente dos valores da paz, da democracia e do estado de direito (ÀS CLARAS, 2012).

Durante o período de golpe, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento, apesar da tomada de decisão em prol de restauração de ordem constitucional, participou em todas as rondas de negociação entre as partes envolvidas no golpe, com apoio das organizações internacionais, que vem a culminar com escolha de Manuel Serifo Nhamadjo como presidente da República interino e para o cargo de primeiro ministro Rui de Barros, situação que Sousa (2013) disse que foi recusada pela Sociedade Civil.

Com a tomada de decisão pela parte do Cedeao, a recusa teve grande repercussão não só pela Sociedade Civil também restos dos partidos, alegando que a decisão tomada pela comunidade sub-regional (CEDEAO) é violação da soberania da Guiné-Bissau.

Para Movimento Nacional de Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento anúncio da nomeação de Manuel Serifo Nhamadjo<sup>5</sup> está fora da legalidade e todo esforço feito em conjunto pelas Sociedades Cívicas guineense não foi respeitado pelo Cedeao. Apesar de grandes reclamações da sociedade guineenses, Manuel Serifo Nhamadjo é empossado como presidente interino Guiné-Bissau culminando com fim da crise provocado pelo golpe de estado de 12 de abril de 2012.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise teórica acerca das semelhanças a respeito da participação da sociedade civil expostos ao longo desta pesquisa, conseguimos evidenciar a importância das organizações da sociedade civil nos diferentes contextos. Isso possibilitou entender quais são as decisões dos movimentos da sociedade civil com o Estado, ou seja, com o governo.

Desta forma, refletir sobre a participação social dos cidadãos nos possibilitou entender de melhor maneira o papel do Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento na resolução do golpe de Estado de 12 de abril de 2012 na Guiné-Bissau. Além disso, ainda permitiu alcançar as informações sobre os posicionamentos da mesma organização perante o golpe de 12 de abril de 2012. Desse modo, através desse trabalho foi possível entender, a partir das informações recolhidas, o papel da sociedade civil perante a instabilidade política e militar de 2012.

Para se alcançar um progresso sucessivo na estabilidade de um país, é importante a instituição responsável do Estado da Guiné-Bissau, pautado na implementação da reforma política, defesa e segurança, haja vista que pode ser considerado como um dos caminhos que pode criar uma estabilidade no país.

Assim sendo, acreditamos que com este trabalho pudemos incentivar a sociedade guineense a entender e a analisar a importância do Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento na estabilização do país. Por isso, dado o grande papel e a importância das sociedades cívicas na Guiné-Bissau, as instituições do Estado (governo)

---

<sup>5</sup> Nhamadjo na altura de golpe foi presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) e candidato independente para presidenciais do mesmo ano 2012 que culminou com o mesmo de abril de 2012, ficando na terceira posição como o mais votado, depois de Carlos Gomes Junior e Dr. Kumba Yala.

têm de aceitar o desafio de reconhecer as sociedades civis bissau-guineenses como parceiros permanentes no processo de estabilização e do desenvolvimento social.

Nesse contexto, podemos constatar que Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento sempre está presente em momentos de problemas do país, desde golpes de Estados até problemas de instabilidade governamental constantes.

O trabalho seguramente vai ajudar a enriquecer ainda mais os debates acadêmicos e sociais sobre a participação das sociedades civis na estabilização e no desenvolvimento dos países, tomando em conta o próprio crescimento das sociedades civis nos respectivos países, como o caso da Guiné-Bissau.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. A teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ANGOP – AGÊNCIA ANGOLA PRESS. 2019. Disponível em: <http://www.angop.ao>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ANUÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **A democracia em África**. JANUS: 2010. Disponível em: [https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010\\_3\\_2\\_7.pdf](https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_2_7.pdf). Acesso em: 21 maio 2019.

ÀS CLARAS. **Comunicado de Movimento Nacional da Sociedade Civil para Paz Democracia e Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <http://blogues.publico.pt/asclaras/comunicado-do-movimento-nacional-da-sociedade-civil-para-paz-democracia-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BARROS, Miguel de. **A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas**. 2014. Disponível em: <https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/soccivilestadogb-net.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BORJ, Bernardo. **Sociedades Civis e Relações Norte-Sul: ONGs e Dependência**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2005. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/norteesul.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

BUSSOTTI, Lucca; MUTZEMBERG, Remo. Movimentos Sociais, Estado e Sociedade Civil em África. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 31, p. 7-14, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1996>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. In: *Revista de Sociologia e Política*, V. 19, Nº 39: 153-166 JUN. 2011.

FARIA, Cláudia Feres. Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: construindo uma sinergia positiva? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 187-204, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/12.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidade de Aveiro, Portugal, 2005.

GIUSTINA, Emilie Faedo Della; LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Sociedade civil e participação: concepções hegemônicas e contra hegemônicas. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2013v10n1p67>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEREIDO, Jorge St. Aubyn de. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 537-547, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13030>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LOADA, Augustin; MODERAN, Ornella. Envolvimento da Sociedade Civil na Governação e Reforma do Sector de Segurança. In: MODERAN, Ornella (ed.). **Caixa de Ferramentas para a Reforma e Governação do Sector de Segurança na África Ocidental**. Genebra: DCAF, 2015. Disponível em: <https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/-SSRG-West-Africa-Toolkit-Tool-6-PO.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileira e chinesa para Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOVIMENTO NACIONAL DE SOCIEDADE CIVIL PARA PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO. 2014. Disponível em: <http://eticbissau.com/sociedadecivil/-?link=7&osc=52>. Acesso em: 20 jul. 2018.

O'REGAN, Davin; THOMPSON, Peter. **Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África**. 2013. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR02PT-Promover-a-Estabilidade-e-a-Reconcilia%C3%A7%C3%A3o-na-Guin%C3%A9-Bissau-Li%C3%A7%C3%B5es-do-Primeiro-Narco-Estado-de-%C3%81frica.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE GUINÉ-BISSAU. **Movimento Nacional de Sociedade Civil Para Paz, Democracia e Desenvolvimento**. 2018. Disponível em: <https://www.sociedadecivilgb.org/business-directory/127/movimento-nacional-da-sociedade-civil-para-a-paz-democracia-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

RELATÓRIO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE. Apoio à Participação da Sociedade Civil no Diálogo sobre Políticas. 2013. Disponível em: <https://www.sida.se/contentassets/2ed28-fb6be5d4a-0d8a258fc84e3a5295/apoio-224-participa231227o-da-sociedade-civil-no>

di225logo-sobre-pol237ticas---relat243rio-nacional-de-mo23\_3446.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

SANTOS, Julio Gonçalves dos; SILVA, Rui dos; COMBUTA, Carlos. Políticas públicas em educação e formação: a colaboração entre o estado e a sociedade civil. *In*: CONGRESSO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., Lisboa, 2010. **Anais** [...]. Lisboa, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/24592159/CIEA7\\_8\\_POL%C3%8DTICAS\\_P%C3%9ABLICAS\\_EM\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_E\\_FORMA%C3%87%C3%83O.\\_A\\_COLABORA%C3%87%C3%83O\\_ENTRE\\_O\\_ESTADO\\_E\\_A\\_SOCIEDADE\\_CIVIL](https://www.academia.edu/24592159/CIEA7_8_POL%C3%8DTICAS_P%C3%9ABLICAS_EM_EDUCA%C3%87%C3%83O_E_FORMA%C3%87%C3%83O._A_COLABORA%C3%87%C3%83O_ENTRE_O_ESTADO_E_A_SOCIEDADE_CIVIL). Acesso em: 03 mar. 2019.

SOARES, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a distribuição de um país. Desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional.** Coimbra, 2012.

SOUSA, Miguel de Andrade Fraga Girão de. **A Missão da União Europeia para Reforma do Setor do Segurança na Guiné-Bissau: Constrangimentos, dificuldades e resultados.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e estado.** Recife: Editora da UFPE, 2015.

VIOLIN, Tarso Cabral. A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/download/14846/9966>. Acesso em: 20 maio 2019.

WARREN, Ilse Scherer-Warren; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, n. 5, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1976/1725>. Acesso em: 10 maio 2019.